

Com sete abstenções, Câmara rejeita uso de recurso audiovisual na Tribuna

Com sete abstenções, a Câmara de Arujá rejeitou o projeto de resolução nº 19/2015 que permitia o uso de som e imagens durante os pronunciamentos na Tribuna. A proposta passou por segunda discussão e votação na sessão ordinária de 23/11. O resultado, bem diferente do obtido na primeira votação, quando foi aprovado por 12 votos, revoltou os petistas Rogério Gonçalves Pereira, o *Rogério da Padaria*, e Renato Bispo Caroba. Os dois chegaram a sugerir a doação dos telões instalados no plenário Vereador João Godoy.



Rogério da Padaria

“Não podemos mostrar a verdade do nosso município? O que vocês querem esconder? Não me apunhalaram pelas costas e sim à população, pois o objetivo do projeto era corrigir um erro cometido anteriormente e garantir o direito das pessoas de saber o que está acontecendo em nossa cidade”, afirmou Rogério, um dos autores do projeto junto com o vereador Gilberto Daniel (sem partido), o *Gil do Gás*, ao se dirigir à base governista. “Vamos doar os televisores para a Cultura”, sugeriu.

A utilização de recursos audiovisuais estava prevista no Regimento até o ano passado, mas foi retirada na ocasião em que os vereadores fizeram adequações ao documento a fim de incorporar o uso do sistema eletrônico de votação. A propositura acrescentava novamente o inciso XIII ao artigo 90 com a seguinte redação: *O vereador, durante o uso da palavra nas sessões, poderá utilizar sistemas de áudio e vídeo, para ilustração de assunto referente ao seu pronunciamento, sem prejuízo da transmissão da sessão, ao vivo, pelo site da Câmara.*



Gil do Gás

“Respeito o voto, mas discordo. A posição da Casa é incoerente, pois defende o papel fiscalizador do vereador, no entanto, o impede de mostrar as mazelas. Esta posição beira a hipocrisia. Quero reforçar a proposta do colega Rogério e viabilizar a doação dos televisores”, criticou Caroba.

Gil do Gás, vice-presidente do Legislativo, afirmou “respeitar o voto dos colegas”, entretanto, deixava claro que “a proposta tinha como objetivo ajudar a população e mostrar mais transparência”.

Líder do governo na Casa, o primeiro secretário da Mesa Diretora, Gabriel dos Santos (PSD), minimizou os protestos dos colegas. “Compreendo o desgosto e o desprazer dos autores da

proposta, porém, não há nenhuma ilegalidade neste procedimento. Há projetos que obrigatoriamente passam por duas votações justamente para que os vereadores possam ratificar ou mudar o posicionamento. É um processo natural, democrático e republicano”, finalizou.

Como ficou prejudicado, o projeto deverá ser arquivado, conforme determina o Regimento Interno.

Veja a fala dos vereadores na Tribuna:

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

4652-7015

imprensa@camaraaruja.sp.gov.br

Publicada em 26/11/2015